

Pastore: a renegociação deve abranger cinco anos

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, afirmou ontem que o Brasil vai desenvolver "o pleito antigo" de buscar, na fase 3 da renegociação, suprir as necessidades do balanço de pagamentos dos próximos cinco anos, após o apoio formal do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, à proposta. Com cautela, Pastore disse que o Brasil deve explorar as idéias em evolução para quando se tiver um quadro mais claro da economia mundial e dos juros internacionais, iniciar as consultas formais para a renegociação da dívida a vencer a partir de 1985.

Por considerar "um pouco cedo" para a avaliação mais precisa do panorama a ser enfrentado na próxima etapa de renegociação, o presidente do Banco Central observou que, por enquanto, o governo brasileiro só analisa os resultados das renegociações anteriores e examina as alternati-

vas que se abrem. Apenas ressaltou que "está havendo evolução favorável para a renegociação".

Em conversa com Pastore, o presidente do Conselho de Administração do Societe Generale - sétimo maior banco do mundo - Jacques Mayaux, disse que a comunidade financeira de Paris está "bastante impressionada" com os indicadores da economia brasileira e "confiante de que o país superará a atual crise".

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, afirmou ainda que o Brasil vai cumprir todas as metas econômicas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na quinta carta de intenções, inclusive as de expansão de 13,5% da base monetária - emissão primária de moeda - no primeiro semestre e de 50%, ao longo deste ano. Embora o cumprimento da meta semestral exija o corte em junho de cerca de 8% no saldo da base monetária, Pastore ressaltou que, a es-

ta altura, não há tempo para rever os tetos do acordo com o FMI. Após encontro com Pastore e com o diretor da área bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, o presidente do Banco Sogeral, ligado à Societe Generale - Elmo de Araújo Camões, manifestou a convicção de que as autoridades monetárias já iniciaram gestões junto ao FMI para rever a meta de expansão monetária deste ano de 50% para "pelo menos 65%". Para Araújo Camões, o Brasil deve mudar as metas de política monetária, sob pena de condenar a economia brasileira a maior recessão. Diante da expectativa de que a inflação deste ano ficará em torno de 170%, na melhor das hipóteses, o presidente do Sogeral defendeu aumento de no mínimo 15% nos tetos de expansão da base monetária e dos meios de pagamento - papel-moeda em poder do público e mais depósitos à vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais.